

NOS “SINAIS” DA CIDADE: EXPERIÊNCIAS DE INFÂNCIA ENTRE O LAZER E O TRABALHO NO ESPAÇO URBANO

Túlio Campos
Walter Ernesto Ude Marques
José Alfredo Oliveira Debortoli

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo fundamental apresentar reflexões que vêm sendo construídas a partir do projeto de pesquisa em andamento na cidade de Belo Horizonte. O mesmo busca investigar práticas sociais de crianças nos sinais, entremeadas por tempos e espaços ocupados pelo trabalho infantil, no intuito de verificar como se dão as experiências de infância na espacialidade urbana.

Palavras-chave: Infância, Trabalho, Espaço Urbano e Lazer.

ABSTRACT

The present work has as objective basic to present reflections that come being constructed from in progress project of research in the city of Belo Horizonte. The same searches to investigate practical social of children in the traffic lights, larded for times and busy spaces for the child labor, in intention to verify as if they give the experiences of childhood in the urban spot.

Keywords: Childhood, Work, Urban Space and Leisure.

RESUMEN

El actual trabajo tiene como básico objetivo para presentar las reflexiones que vienen siendo construido del proyecto en marcha de la investigación en la ciudad de Belo Horizonte. Iguales los searchs para investigar social práctico de niños en las señales, larded durante épocas y espacios ocupados para el trabajo infantil, en la intención de verificar como si él dé las experiencias de la infancia en el espacialidade urbano.

Palabras claves: La niñez, trabajo, espacio urbano y ocio.

Para Iniciar o Debate

Atualmente, constatamos um sentimento de grande inquietação e indignação frente às transformações que vêm ocorrendo na sociedade contemporânea e seus efeitos sobre a vida, a cultura, o trabalho e as relações sociais. O neoliberalismo e a nova ordem econômica vêm acarretando uma série de conseqüências alarmantes na vida dos sujeitos. Vários exemplos da presente crise social podem ser observados, como a crescente fragilização dos laços conjugais, a explosão urbana com todas as dificuldades decorrentes de viver em grandes cidades, a valorização da vida privada, a globalização cultural, entre outros (Priore, 2002).

Na vida cotidiana ponderamos que este contexto atual tem suscitado o embrutecimento das relações sociais, em decorrência da forma assumida pela expansão capitalista, como pode ser averiguado nos infundáveis e espantosos quadros de violência expressos nas diversas linguagens midiáticas. Nas últimas décadas, ainda é significativa as profundas mutações no mundo do trabalho, dentre as quais podemos inicialmente

destacar a precarização dos postos de trabalhos, o aumento desenfreado do desemprego e do subemprego, a degradação dos direitos trabalhistas, dentre outros, agravando ainda mais a condição de vida da maioria da população (Antunes, 2000).

Diante desta conjuntura, a situação da criança empobrecida no Brasil e no mundo torna-se preocupante. No que tange à temática, quando se trata da situação de crianças brasileiras, encontramos situações aviltantes de exploração da mão-de-obra infantil-juvenil, nos quais estão envolvidos fatores de natureza política, ética, estética, cultural, histórica, econômica e de organização social.

Mesmo em face dos incomensuráveis avanços tecnológicos, a exploração trabalho infantil se faz presente em diversos setores produtivos, que vão desde a agricultura até a grande indústria, passando, também, pelos diferentes contextos sociais, como nos grandes centros urbanos. No Brasil, estima-se que os números ultrapassam os 5,1 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho precoce, perigoso e insalubre.

Em decorrência de ações lideradas pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e pela Organização Internacional do Trabalho - OIT -, no contexto das quais balizam-se pela luta em defesa da erradicação do trabalho infantil, as estatísticas revelam quedas dos número de crianças inseridas no trabalho¹. Todavia, outros estudos têm dado conta das renovadas formas de inserção de crianças e jovens no trabalho², quase nunca apontados nas pesquisas realizadas pelos governos, de modo que se avalia de maneira crescente o número de pequenos trabalhadores e seus familiares em busca de estratégias para o complemento da renda familiar, conseqüentemente para tentar manter a sobrevivência do grupo (Campos & Alverga, 2001; Marques, 2001).

Diante de tais considerações, faz-se necessário interrogar sobre o cotidiano desses sujeitos, sobretudo, aqueles que estão situados nos grandes centros urbanos. Entre os anos de 2005 e 2007 realizamos um estudo³ sobre as possibilidades e impossibilidades de vivências de lazer de crianças no cotidiano do trabalho nas ruas da cidade de Belo Horizonte. Tendo como proposta metodológica a etnografia, os encontros com as crianças compuseram-se em ricas experiências, possibilitando problematizações, discussões e reflexões sobre uma determinada infância.

Ao conhecer de perto a realidade desses sujeitos, novas portas abriram-se para entendermos as relações entre infância, trabalho e espaço urbano. Durante o trabalho de campo desenvolvido na pesquisa, várias indagações surgiram, como por exemplo: uma tensão entre ser criança e trabalhar; práticas sociais em um contexto que é arraigado de preconceitos; uma busca de visibilidade social das crianças a partir de um lugar de

¹ Segundo a PNAD 2007, do contingente de 44,7 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, 4,8 milhões estavam trabalhando. De acordo com os dados encontrados, a estimativa apontou redução em relação a 2006, quando existiam, no País, 5,1 milhões de trabalhadores nesta faixa etária. Maiores detalhes podem ser consultados no site <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acessado em 01/12/2008.

² Segundo Silva (2007), pode-se destacar o chamado “trabalho clandestino e invisível”, quais sejam: casas de farinha, lixões, como lavadores de carros, malabarismo e venda de balas nos semáforos das grandes e médias metrópoles, trabalho doméstico, sobretudo, feminino e em outras atividades ilícitas.

³ Este estudo é fruto da pesquisa realizada no Programa de Educação Tutorial (SESu/MEC) – PET – Educação Física e Lazer da UFMG, orientado pelo Professor José Alfredo Oliveira Debortoli no período de 2005-2007. Crianças nos Sinais: um olhar sobre o trabalho infantil e as possibilidades e impossibilidades de vivências de lazer nas ruas de Belo Horizonte. Artigo sobre o estudo pode ser visto no site <http://www.effto.ufmg.br/licere/pdf/licereV10N01_a7.pdf>

pedintes; e, nesse contexto, como perceber a significação e a ressignificação dos espaços sociais da cidade por meio das práticas dessas crianças.

Em decorrência de tais inquietações, o presente trabalho instiga-nos a percorrer um novo caminho de pesquisa, a procura de novos diálogos e questionamentos acerca das atividades exercidas por crianças nos sinais de trânsito da cidade de Belo Horizonte, buscando compreender de que forma, no cotidiano da cidade, tais práticas sociais *reproduzem, tensionam, ressignificam e anunciam a espacialidade urbana*.

Estudar as crianças e sua relação como o trabalho não representa uma tarefa que possa ser tratada de uma maneira simplista. Diante disso, propõe-se aqui elencar alguns questionamentos quanto à realidade sócio-histórica e cultural das crianças, no que se refere à apropriação de espaços públicos pelo sujeito contemporâneo e o contexto do trabalho infantil nas cidades. Destaca-se também, a importância do reconhecimento das crianças como atores sociais e produtores de conhecimento, cujas trajetórias/histórias de vida apresentam dimensões de classe, gênero, cultura, raça/etnia, religião, etc (Silva, 2005). Acrescenta-se, nesse aspecto, a necessidade de se conhecer de perto a realidade das crianças trabalhadoras, afim de abrirmos novos caminhos para entendermos as relações entre criança, lazer, trabalho e espaço urbano, na direção de políticas e processos de formação humana que apontem para uma inserção social mais digna para as crianças brasileiras.

Tendo como referência trabalhos anteriores torna-se possível apontar a existência de um volume considerável de estudos produzidos sobre a realidade do trabalho infantil⁴, tanto rural quanto urbano. Alguns autores, como Silva (2003) e Marques (2001), destacam em seus estudos que, na maioria das pesquisas que tratam do tema da exploração do trabalho infantil, a ênfase apresenta-se circunscrita aos aspectos jurídicos, econômicos e demográficos, em detrimento aos estudos de cunhos sociais, históricos e culturais. Como assinala Silva (2002, p. 29), raramente os estudos, principalmente sobre o mundo do trabalho, reconhecem o significado social de suas contribuições para a construção dos elementos “*macro e microsociais da vida cotidiana*”⁵.

No contexto dos estudos sobre as relações que se dão entre o trabalho infantil e o lazer destacam-se alguns trabalhos realizados por Silva (2002, 2003, 2005, 2007). Nas suas pesquisas o autor vem investigando, no âmbito da exploração do trabalho infantil, o mundo da cultura lúdica das crianças da Zona da Mata Canavieira Pernambucana. Suas principais indagações circundam em questões relativas aos modos de produção do sistema capitalista, enfatizando como toda a sua carga destrutiva, por meio do trabalho

⁴ Sobre a temática do trabalho infantil, destacam-se: CORRÊA, Cláudia P.: GOMES, Raquel S. *Trabalho Infantil: As diversas faces de uma realidade*. Petrópolis: Viana e Mosley, 2003. ; MARIN, Joel O. B. *Trabalho Infantil: necessidade, valor e exclusão social*. -Brasília: Plano Editora, Goiânia: Editora UFG, 2006, 127 p.; MARIN, Joel O. B. *Crianças do trabalho*. 1. ed. Goiânia e Brasília: Editora da UFG e Editora Plano, 2005, 167 p.; MARQUES, Elizabeth M.; NEVES, Magda de A.; NETO, Antônio C. *Trabalho Infantil: a Infância roubada*. In: Maria Elizabeth Marques, Magda de Almeida Neves e Antônio Carvalho Neto (orgs.). Belo Horizonte: SEGRAC, 2006, 248p.; OLIVEIRA, Oris de. (1994). *O trabalho da criança e do adolescente*, São Paulo, LTr, Brasília, OIT, p.188. MARQUES, Walter E. *Infâncias (pre)ocupadas: trabalho infantil, família e identidade*. 1. ed. Brasília: Plano Editora, 2001. 229 p.; MARTINS, José de Souza. *O Massacre dos Inocentes: a criança sem infância no Brasil*. MARTINS, José de Souza (Org.). 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1993. v. 1.; SILVA, M. R. . *Trama Doce-Amarga: exploração do trabalho infantil e cultura lúdica*. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 2003. v. 1. 356 p.; PRIORE, M. L. M. *A História das Crianças no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 1999. v. 1. Apontam-se também estudos realizados pela OIT e UNICEF, dentre outros.

⁵ grifos nossos.

alienado, consegue suprimir total ou parcialmente o tempo de lazer/lúdico das crianças canavieiras.

O autor argumenta a existência de uma carência de projetos que tragam à tona os bastidores dos fazeres investigativos que levem “problemas relativas à infância, melhor dizendo, às infâncias brasileiras” (Silva, 2002, p. 132). Dentre outros aspectos abordados, pontua “que a produção acadêmica sobre a condição da infância trabalhadora brasileira privilegia ainda, sobretudo nas Ciências Sociais, os enfoques voltados para a generalização de uma única infância e não de *infâncias*” (Idem, 2005, p. 45).

No que diz respeito ao estudo com as crianças no urbano contemporâneo, este trabalho se faz relevante, também, em considerar que, como afirmam Debortoli e colaboradores (2008, p. 42-43):

A relação entre cidade e infância não pode ser compreendida tão-somente pelas formas em que se apresentam. É ir além e alcançar o seu movimento de reprodução social. Isso porque as (im)possibilidades de experiências de infância no urbano contemporâneo vão ganhando contornos e visibilidades que se revelam, cada vez mais, pela privatização, pelo isolamento, por uma vida cotidiana cada vez mais programada e mediada pela cultura do consumo.

A partir dessas constatações, cabe aqui ressaltar que o trabalho infantil não é solução, mas um problema social grave, que merece ser compreendido e debatido, devido às transformações que nossa sociedade vem sofrendo. Dessa forma, torna-se ainda mais instigante procurar compreender as práticas culturais das crianças e as formas específicas com que elas vêm desenhando sua participação na trama social, nas formas de uso e apropriações dos espaços. Concomitantemente, trata-se de afirmar “o direito da criança ao respeito” (Dallari & Korczak, 1986) e o “direito à cidade” (Lefebvre, 2001; Castro, 2001).

Infâncias, Trabalho e Espaço Urbano: algumas reflexões introdutórias

Os temas aqui destacados trazem discussões abrangentes e indagadoras, aos quais têm mobilizado diversos pesquisadores das mais diferentes áreas do conhecimento. Consideramos tal proposta desafiadora, pois a complexidade dos elementos envolvidos com as temáticas não podem ser abordados de maneira fragmentada.

Dessa maneira, trata-se de uma proposta interdisciplinar, no sentido de tentar construir diálogos diante da teia de elementos significativos para a compreensão do fenômeno. Nesta perspectiva, três elementos fundamentais sustentam a construção do estudo proposto: *Infância, Trabalho e Espaço Urbano*.

Infâncias: outros olhares

No debate contemporâneo, os estudos referentes às infâncias têm constituído um campo de grandes desafios para muitos pesquisadores⁶. De acordo com Sirota (2001), a

⁶ Produções de autores nacionais e internacionais têm contribuído para o crescimento dos estudos sobre a infância, a destacar: Lúcia Rabello de Castro (2001, 2006); Ana Cristina Coll Delgado (2006); José Alfredo Oliveira Debortoli (2002, 2004); Sonia

emergente e significativa produção sobre a infância nas ciências sociais nas últimas décadas, bem como a possível existência de um campo do conhecimento dedicado exclusivamente a este objetivo de trabalho, mescla fatores ligados tanto à história das ciências sociais, da sociologia em geral, quanto à sociologia da educação. Neste instante, a infância passa a ser vista como categoria geracional e as crianças como atores sociais (Sarmiento, 2008).

O principal eixo de discussão destes trabalhos se desenvolve na provável persistência, tanto no senso comum quanto na produção científica e nas políticas públicas de assistência e proteção à infância, do entendimento de que as crianças devem ser preparadas para um futuro idealizado pelo adulto: “Definida como um período de crescimento, ‘quer dizer, essa época em que o indivíduo, tanto do ponto de vista físico quanto moral, não existe ainda, em que ele se faz, se desenvolve e se forma’, a infância representa o período normal da educação e da instrução” (Sirota, 2001, p. 9).

Sob este ponto de vista, a criança torna-se incapaz de ser “porta-voz” de seus próprios desejos e direitos: “É principalmente por oposição a essa concepção da infância, considerada um simples objeto passivo de uma socialização regida por instituições, que vão surgir e se fixar os primeiros elementos de uma sociologia da infância” (Sirota, 2001, p. 9). Para Sarmiento (2005), os estudos sobre as infâncias no campo da sociologia devem partir de três pontos: a infância como categoria geracional própria; o reconhecimento da alteridade da infância; e o balanço crítico das perspectivas biológicas que não compreendem a crianças na sua totalidade.

Nesta perspectiva, a criança é considerada um ser que vive processos distintos do ser adulto, sujeito que tem pensamentos, sentimentos, sonhos e desejos, participante da construção e reconstrução permanente da cultura. Nos dizeres de Kramer (2003, p. 59):

Defendo uma concepção de criança que reconhece o que é específico da infância – seu poder de imaginação, fantasia, criação – e entende as crianças como cidadãs, pessoas que produzem cultura e são nela produzidas, que possuem um olhar crítico que vira pelo avesso a ordem das coisas, subvertendo essa ordem.

Por fim, a construção conceitual que o estudo almeja não compartilha com definições históricas que concebem a criança como algo naturalizado: “infans” (aquele que não fala), “tábula rasa”, “projeto do adulto”, “adulto em miniatura”, “menor” e outros jargões que costumam depreciá-la. Coloca-se, pois, como desafio a necessidade de “ressignificar a visão e o lugar ocupados socialmente pelas crianças; sua formação e desenvolvimento, suas aprendizagens e compreensão de mundo; sua expressão como sujeito, o qual se constitui em uma subjetividade completa e própria” (Debortoli, 1999, p. 109).

Frente a essas ponderações, destacamos a seguir algumas reflexões sobre as concepções referentes ao mundo do trabalho.

Quanto ao Trabalho

Conceituar trabalho não é uma tarefa simples. Traz consigo dilemas que perpassam por diferentes estudos das mais diversas áreas do conhecimento. Os estudos

Kramer (1996, 2003); Fernanda Muller (2006); Jucirema Quinteiro (2002); Manuel Pinto (1997); Manuel Jacinto Sarmiento (2002, 2003, 2004, 2005), Reginé Sirota (2001), Cléopâtre Montandon (2001), entre outros.

que dizem respeito às relações de trabalho são fontes inesgotáveis pesquisas e debates, uma vez que, além de possuírem grande relevância econômica, transparece o nível de desenvolvimento social, econômico e cultural de uma nação (Castro & Castro, 2006).

O trabalho é definido por Marx (1983) como momento fundante de sociabilidade humana, condição para sua existência e, portanto, ponto de partida do processo de humanização do ser social. Nesse aspecto, o sujeito cria símbolos e cultura na sua interação com a natureza e contém valor de utilidade para a sociedade, em um “duplo processo de transformação: por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho e por outro lado, os objetos da natureza são transformados em meios, em objetos de trabalho” (Antunes, 2004, p. 227).

Segundo Antunes (2004), o trabalho encontra-se envolto em relações capitalistas que desfigura em grande medida seu sentido histórico original, de criação de coisas úteis. Sendo assim, na sociedade capitalista, regida pelo valor de troca, tem-se a “dialética da riqueza e miséria, da acumulação e privação, do possuidor e do despossuído” (p. 228).

Nessa perspectiva, podemos considerar o trabalho em duas dimensões: o primeiro, como um momento fundante da sociabilidade humana, dotado de positividade e que cria valores socialmente úteis, portanto, ponto de partida do seu processo de humanização e o segundo, como expressão da realidade capitalista na qual se tem como resultante a desrealização do ser social, desprovido de sentido humano e social (Antunes, 2000).

Como já constatado no outro estudo realizado (Campos & Debortoli, 2007), a presença do lazer no cotidiano do trabalho infantil manifesta-se de forma ambígua, sendo que na conjuntura social é conflituosa a relação entre ser criança e ter que trabalhar. Nessa perspectiva, Gomes (2004) destaca que trabalho e lazer, apesar de possuírem características distintas, integram a mesma dinâmica social e estabelecem relações dialéticas. Assim, enfatiza que é preciso levar em consideração o dinamismo desses fenômenos, atentando para as inter-relações e contradições que eles apresentam. Dessa forma, as tensões entre *ser criança* e *ter que trabalhar* geram relações paradoxais no cotidiano, onde o espaço construído para um determinado fim ganha novos formatos por meio da prática das crianças. Nesse aspecto, cabe destacar algumas reflexões sobre o espaço urbano.

Quanto ao Espaço Urbano

A imensidão da cidade, tanto na sua diversidade espacial e temporal, como na sua complexidade, apresenta-se como um rico campo da ação e da experiência do viver coletivo. Nos dizeres de Castro (2001), nas cidades a tarefa da convivência coletiva exige disposição e esforço, pois é no cotidiano que as vontades individuais se confundem, se chocam, se mesclam e se entrelaçam.

Não raro, a cidade, no imaginário social, é arraigada de conceitos superficiais que, na maioria das vezes, referencia-se apenas como o lugar da marginalidade, do caos e da violência. Neste sentido, Castro (2001) aponta que, no caso de crianças e jovens, a ocupação dos espaços da cidade, muitas vezes, não é bem vista, a não ser dentro da ordenação prevista pelo adulto, ordenação na qual sua presença deve estar submetida e controlada. Destaca ainda, que esses sujeitos, limitados em sua mobilidade na cidade, têm a si destinados os espaços “naturais” da casa e da escola. “Para o adulto parece óbvio que crianças devam estar na escola, supostamente estudando, pois é lá o lugar onde crianças e jovens aprendem” (*Ibidem*, p. 114).

Todavia, partimos do princípio de que a cidade revela signos e significados, compreendendo-a como o lugar de convivência e confronto com o diferente, onde se subvertem ordens e hierarquias (Gomes & Gouvea, 2008). Sendo assim, complexa e ambígua. Portanto, um contexto que se faz com a presença de sujeitos singulares que constroem as pluralidades do espaço citadino, espaço da produção e da reprodução social. Aqui, vale a pena destacar a seguinte passagem de Lefebvre (2002, p. 29-30):

A favor da rua. Não se trata simplesmente de um lugar de passagem e circulação. A invasão dos automóveis e a pressão dessa indústria, isto é, do *lobby* do automóvel, fazem dele um objeto-piloto, do estacionamento uma obsessão, da circulação um objeto prioritário, destruidores de toda vida social e urbana. Aproxima-se o dia em que será preciso limitar os direitos e poderes do automóvel, não sem dificuldades e destruições. A rua? É o lugar (topia) do encontro, sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados (cafés, teatros, salas diversas). Esses lugares privilegiados animam a ruas e são favorecidos por sua animação, ou então não existem. Na rua, teatro espontâneo, torno-me espetáculo e espectador, às vezes ator. Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada.

Nessa perspectiva, concordamos com Castro e colaboradoras (2006, p.438) quando afirmam que “a cidade configura-se como o lugar das trocas sociais mais amplas, centro onde circula a mercadoria, tanto do capital simbólico ou cultural quanto capital econômico”. Sendo assim, a vida urbana faz-se marcada pelo espaço das relações sociais inusitadas, pela característica do diverso, do diferente que é apresentado e representado em seu ambiente, “como horizonte, como virtualidade iluminadora” (Lefebvre, 2002, p. 28).

Não raro, a participação social das crianças e jovens apresenta-se pouco reconhecida frente aos aspectos etários e a não consideração enquanto atores sociais, sendo, portanto, excluídos do exercício da cidadania e, conseqüentemente, da construção da sociedade e da cultura. De fato, as crianças e jovens permanecem como atores sociais, muitas vezes, invisíveis, a não ser quando são vistos de forma negativizada, como exemplos: crianças nos sinais de trânsito como pedintes; ou, quando os muros e prédios da cidade aparecem pichados. Dessa forma, são construídas algumas representações como: o “pivete”, o “trombadinha”, “o pobre”, “o(a) menino(a) de rua”, “o menor”, referenciando-os como personagens do caos e da desordem urbana (Gouvea, 2002). Portanto, parece-nos que o não reconhecimento desta presença implica na negação de todo e qualquer “direito à cidadania”, ao impedimento de participação social ampla e ao direito à cidade. Nesse sentido, cabe destacar o lazer como um direito social dos cidadãos (ONU, 1948 e Brasil, 1988).

Diante dessas ponderações, aponta-se a seguinte passagem de Castro (2001, p. 116):

A conquista da cidade faz parte da tarefa de se tornar cidadão, já que exige o conhecimento da cidade, e melhor ainda, o amor à cidade. O conhecimento da cidade faz-se no cotidiano de crianças e jovens quando podem perambular pelas ruas, seja nas idas e vindas da escola, do mercado e da padaria, seja quando saem para passear com os amigos. É um conhecimento a-

sistemático, parcial, tentativo, precário que se refaz permanentemente, pois a cidade é inatingível na sua dimensão totalizada, além de que, cambiante e dinâmica, não cessa de mostrar aspectos novos. O conhecimento da cidade, condição necessária, mas não suficiente, torna possível o amor a cidade: ambos são imprescindíveis como condições psicológicas ao exercício da cidadania.

Enfim, as reflexões expostas acima são parte fundante desta pesquisa, norteada por debates e inquietações presentes em diferentes áreas do conhecimento. Nessa perspectiva, algumas proposições são destacadas para a compreensão do fenômeno em questão.

Aspectos Metodológicos: contribuições para o campo do Lazer

Nos últimos anos, o lazer vem se constituindo como um rico campo de estudos e de intervenção. Em seu caráter multidisciplinar, apresenta infinitas possibilidades de pesquisa nas mais diversas áreas do conhecimento, como a História, a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia, a Psicologia, a Educação dentre outras (Gomes & Melo, 2003). Dessa maneira, permite a realização de estudos que tenham como principal meta entender as ações cotidianas estabelecidas entre e pelos sujeitos nos mais distintos espaços e tempo.

Nessa linha de pensamento, não o único, mas um importante campo de estudos, a Antropologia, tem nos ajudado a interpretar as ações sociais a procura de significados. Nesse aspecto, cabe ressaltar que a perspectiva etnográfica se apresenta como a metodologia mais adequada para o estudo proposto. Tal escolha nos ajuda a compreender o lazer em seus múltiplos aspectos, sendo esse, concebido como gesto humano, como possibilidade de expressão, de representação, significação, ressignificação e reinterpretação, capaz de propor uma nova ordem social e de transformação da realidade (Campos & Debortoli, 2007).

O anúncio de um novo olhar sobre a cidade tem sido feito por meio de um diálogo com essa ciência, apoiado no método etnográfico, verificado nos trabalhos de diversos autores⁷. Nestes estudos, não apenas as contradições urbanas, tais como a desigualdade social e a violência, são temas abordados, mas também, outros olhares sobre o espaço citadino como: os lugares e as formas de lazer, os vínculos sociais, as estratégias de sobrevivência na “metrópole”, religiões populares urbanas, movimentos negros, homossexuais, feministas, etc. (Magnani, 2000). De acordo com Sarmiento e Pinto (1997, p. 21), “a investigação antropológica tem vindo entre nós a produzir um conjunto relevante de investigações em torno das culturas da infância na demanda do que chama a epistemologia da infância”.

Considerando o contexto da rua e as crianças dos sinais, cabe assinalar que, como ressaltado por Magnani (2002, p. 17), o método etnográfico traz ricas perspectivas sobre a cidade e sua dinâmica, resgatando “um olhar de perto e de dentro, capaz de apreender padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade”.

⁷ Alguns autores se destacam como: Caldeira (1984), Cardoso (1988), DaMatta (1978, 1991), Magnani (1984, 2000, 2002, 2006), Sarti (1999, 2003), Velho (1978, 1980), Vianna Jr. (1987), Zaluar (1996), dentre outros.

Outro campo de estudos que enriquece nossas indagações é a Sociologia da Infância, com proposições que reconhecem as crianças enquanto sujeitos sociais participativos na construção e (re)construção da cultura. De acordo com Delgado e Müller (2005), o campo da sociologia da infância tem ocupado um espaço significativo no cenário internacional⁸, por propor um grande e importante desafio teórico-metodológico de considerar as crianças atores sociais plenos. Citando Corsaro (1997), afirmam que a perspectiva sociológica não deve considerar somente as adaptações e internalizações dos processos de socialização, mas também os processos de apropriação, reinvenção e reprodução que são realizados pelas crianças. Essa visão de socialização é fundamental, pois considera a construção e reconstrução da cultura através do coletivo, sendo que as crianças negociam, compartilham e criam culturas com os adultos e com seus pares.

Diante das reflexões apontadas neste texto, acreditamos que a Antropologia e a Sociologia da Infância trazem ricas contribuições para o campo de estudos do Lazer, ajudando-nos a construir um estudo, filosoficamente e epistemologicamente, mais fundamentado e coerente com as produções que nos auxiliam nas reflexões e nos questionamentos dos acontecimentos do mundo contemporâneo, em especial das crianças e jovens nas cidades.

Referências

- ANTUNES, R. Trabalho. In: GOMES, C. L.(org.). *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 227-232, 2004.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo; 2000.
- BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Ministério da Justiça. Brasília, DF, 1990.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Tecnoprint, 1988.
- CAMPOS, T.; DEBORTOLI, J. A. O. *Crianças nos Sinais: um olhar sobre o trabalho infantil e as possibilidades e impossibilidades de vivências do lazer nas ruas de Belo Horizonte*. In: Revista Licere, Belo Horizonte, v.10, n.1, abril./2007.
- CAMPOS, H. R.; ALVERGA, A. R. *Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho*. Estudos em Psicologia, p, 227 – 233, 2001.
- CASTRO, J. A. L.; CASTRO, D. S. L. *Aspectos jurídicos da proibição do trabalho infantil e da proteção ao trabalhador adolescente*. In: Antônio de Carvalho Neto et al. (Org.). *Trabalho infantil: a infância roubada*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2002, p. 61-77.
- DALLARI, D. A.; KORCZAK, J. *O direito da criança ao respeito*. São Paulo: 1986.
- DEBORTOLI, J. A. O. *Com olhos de crianças: a ludicidade como dimensão fundamental da construção da linguagem e da formação humana*. In: Revista Licere, Belo Horizonte, v.2, n.1, p. 105-117, 1999.

⁸ Segundo as autoras existem diversas associações e universidades que se dedicam a contribuir para a pesquisa sociológica e interdisciplinar sobre a infância.

- DELGADO, A. C. C.; MULLER, F. *Apresentação/Organização do Dossiê Sociologia da Infância: pesquisa com crianças*. Educação e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 91, p. 351-360, 2005.
- GOMES, A. M. R.; Gouvea, M. C. S. *A criança e a cidade: entre a sedução e o perigo*. In: Debortoli, José Alfredo; Martins, M. Fátima Almeida; Martins, Sérgio. (Org.). *Infâncias na metrópole*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 47-69.
- GOMES, C. L.; MELO, V. A. *Lazer no Brasil: Trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa*. Revista Movimento, Porto Alegre, v. 9, 2003, p. 23-44.
- GOUVEA, M. C. S. *Infância, Sociedade e Cultura*. Desenvolvimento e Aprendizagem, In: CARVALHO, A.; SALLES, F.; GUIMARÃES, M. Belo Horizonte, ed. UFMG. 2003.
- KRAMER, S. *Infância, cultura contemporânea e educação contra barbárie*. In: BAZILIO, L. C.; KRAMER, Sonia. *Infância, Educação e Direitos Humanos*. São Paulo: Editora Cortez, p. 54-70, 2003.
- LEFEBRVE, H. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- LEFEBVRE, H. *O direito a cidade*. 2. ed. São Paulo: Moraes, 2001.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole*. In: MAGNANI, Jose Guilherme Cantor; TORRES, L. L. (Org.). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. 2. ed. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2000.
- MAGNANI, J. G. C. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, 2002, p. 11-29. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em 26 de Outubro de 2008.
- MARQUES, W. E. U. *Infâncias (pre)ocupadas: Trabalho Infantil, Família e identidade*. Brasília: Plano Editora, 2001.
- MARX, K. *O capital*. São Paulo, Abril Cultural, v. 1, Livro I, t. 1, 1983.
- ONU. *Declaração dos Direitos Universais do Homem*. Genebra, Assembléia Geral da ONU, 10 de dezembro de 1948. Impresso.
- PINTO, M.; SARMENTO, M. J. (Coord.). *As crianças: contextos e identidades*. Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 1997.
- PRIORE, M. L. M. *A História das Crianças no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- SARMENTO, M. J. *Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância*. Educação e Sociedade: revista de ciência da educação. Campinas, v. 26, n. 91, maio/ago. 2005.
- SARMENTO, M. J. *Sociologia da Infância: Correntes e Confluências*. In: SARMENTO, M.; GOUVEA, M.C. (orgs.) *Estudos da Infância*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 17-39.
- SIROTA, R. *Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar*. Cadernos de pesquisa, São Paulo, n. 112, p. 7-31. Mar 2001.
- SILVA, M. R. *Infância empobrecida no Brasil, o neoliberalismo e a exploração do trabalho infantil: uma questão para a educação física*. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 26, p. 41-57, 2005.
- SILVA, M. R. *Eventos-Campos: Um relato de experiência do fazer investigativo com crianças da Zona da mata canavieira pernambucana*. In: Ana Lúcia Goulart de Faria; Zeila de Brito Fabri Demartini; Patrícia Dias Prado. (Org.). *Por uma cultura da infância: metodologia de pesquisa com crianças*. 1a. ed. Campinas: Autores Associados, p. 131-153, 2002.

SILVA, M. R. *A exploração do trabalho infantil e suas relações com o tempo de lazer/lúdico: quando se descansa se carrega pedra!* Revista Licere, Belo Horizonte, 2001, v.4, n.1, p.9-20.

Dados dos autores:

Discente Túlio Campos

Licenciado em Educação Física pela Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional - EEEFFTO/UFMG; e Discente do Curso de Mestrado em Lazer - CELAR/UFMG.

Endereço para correspondências: Rua Pedro Carvalho Mendes, nº 14 - apto 202 – Floresta. Belo Horizonte - MG. Cep: 31.110.100. Tel. (31)3421-1196; (31)8624-8236.

E-mail para contato: tulio_edfisicaufmg@yahoo.com.br

Professor Dr. Walter Ernesto Ude Marques

Professor Adjunto da Faculdade de Educação - FaE/UFMG; Professor do Curso de Mestrado em Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional - EEEFFTO/UFMG; e Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas do Pensamento Complexo - NEPCOM/FaE/UFMG.

Faculdade de Educação – FaE/UFMG Av. Antonio Carlos, nº. 6627, Campus – Pampulha, Belo Horizonte - MG. Cep: 31.270-901 Tel. 3409-4176. E-mail para contato: walterude@fae.ufmg.br

Professor José Alfredo Oliveira Debortoli

Professor da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional - EEEFFTO/UFMG. Professor do Curso de Mestrado em Lazer da EEEFFTO/UFMG; e coordenador do Centro de Estudos, pesquisa e Extensão da EEEFFTO/UFMG.

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional – EEEFFTO/UFMG. Av. Carlos Luz, 4664 – Pampulha, Belo Horizonte - MG CEP: 31310-250. E-mail para contato: dbortoli@eeffto.ufmg.br

Pesquisa do Curso de Mestrado em Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG. Linha de Pesquisa: Lazer, Cidade e Grupos Sociais - Centro de Estudos do Lazer e Recreação - CELAR/EEFFTO/UFMG.

Recurso Tecnológico necessário para Comunicação Oral – Data Show